

Carta aberta ao Primeiro Ministro

Senhor Primeiro Ministro Dr. Durão Barroso

São conhecidos os problemas estruturais da economia portuguesa. Apesar do progresso económico e da crescente abertura ao exterior que têm caracterizado a nossa economia nas últimas décadas, Portugal importa mais bens e serviços do que exporta. Esta situação tem sido suportada pelas remessas dos nossos emigrantes e pelas transferências da União Europeia. As privatizações também permitiram financiar alguns desequilíbrios pontuais nas transferências correntes do país com o exterior e muitos dos elefantes brancos e/ou desperdício de dinheiro público no passado recente.

Não se deve todavia, como tem feito a Sra. Ministra das Finanças em declarações recentes, confundir os problemas conjunturais da economia portuguesa (do lado da procura) com os referidos problemas estruturais (do lado da oferta). A abertura ao exterior da economia portuguesa expõe-na mais a choques externos. A recessão mundial trouxe uma contracção da procura externa (exportações). Mas enquanto em certas economias, como a espanhola, há margem de manobra na política orçamental para incentivar a procura interna, noutras economias, como a portuguesa, essa margem de manobra é reduzida e assistimos, pelo contrário, a cortes na despesa pública e a uma contracção da procura interna. É a procura interna que está na base do milagre conjuntural espanhol e do desastre conjuntural português. Veja-se o que se passa na construção civil dos dois países. De resto, a Espanha tem problemas estruturais semelhantes aos nossos.

Pedia-se ao Governo que, em vez de fazer declarações de fé acerca dos benefícios da rigidez do Pacto de Estabilidade e Crescimento, explicasse que tem pouca margem de manobra para “agir à espanhola” na actual conjuntura, tentando aumentar essa margem (renegociando a aplicação do PEC e dos fundos estruturais). Não tem sido essa a

actuação do Governo. Note que se é certo que o país tem problemas estruturais, os contributos do Governo vão no sentido de contrair a procura interna, criando problemas acrescidos ao aparelho produtivo nacional.

O Sr. tem fé e aguarda que a retoma da economia mundial traga a retoma da economia portuguesa, lá para 2006. Não actua, não evita os estragos da conjuntura na estrutura. O Sr. e a Sra. Ministra das Finanças falam em consolidação orçamental. Mas que consolidação é essa que se baseia apenas na redução indiscriminada da despesa pública (hospitais SA, desemprego, demissão do Estado quanto à inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção, etc.) e no controlo salarial (necessário) na administração pública? Que consolidação é essa que é tratada como independente da reforma da administração pública? Que reforma da administração pública é essa que é tratada como independente da descentralização do poder político que o Governo quer realizar? Que descentralização é essa que é tratada como independente da reforma do sistema político? E que reforma do sistema político é essa que é tratada como independente da reforma dos partidos políticos?

Se as reformas acima são independentes, se não corporizam nenhuma ideia de organização do Estado, então dificilmente virão a suportar a melhoria substancial da actuação do Estado em Portugal e da despesa pública, a tão desejada consolidação orçamental. O Estado continuará territorialmente desorganizado e vulnerável aos mais diversos *lobbies*.

Leonardo Costa

Texto elaborado em colaboração com a Ordem dos Economistas, publicado no Jornal Notícias na Segunda-feira, dia 26 de Abril de 2004